

ESTADO DE SÃO PAULO JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

O Brasil diante da crise

27 OUT 1998

Divulgou-se recentemente (ver coluna de Celso Pinto, Folha e JB de 20/10/98) o índice de risco de um dos grandes bancos americanos, segundo o qual o "risco do Brasil, hoje, é tão alto quanto era o da Rússia antes da moratória e da desvalorização cambial".

Temos aí um exemplo flagrante da distorção, por instituições do mercado, a que pode levar a utilização de um índice de risco – não importa quais os seus méritos ou deméritos – como substituto da análise política e econômica do País, que exige anos de acompanhamento cuidadoso. Pois só quem não conhece nada sobre a Rússia e o Brasil pode aceitar uma conclusão como a citada.

Para quem (como eu) visitasse a Rússia um mês e meio antes da moratória de agosto, o panorama encontrado era o de um país em luta diária para preservar um mínimo de (aparente) normalidade econômica e política, sem tirar a vista do abismo próximo. Isso como resultado, entre outras coisas, de se ter embarcado numa aventura política, quando a nação abandonou Gorbachev para entregar-se à liderança errática de Yeltsin.

Do ponto de vista estrutural, enfrentava a Rússia, aos tropeços, o desafio monumental de ter de construir simultaneamente a democracia (que jamais conhecera, em toda a sua história, pois sempre fora dominada por autocratas, antes do regime totalitário soviético) e a economia de mercado (sobre os escombros de uma economia de planejamento centralizado, que durara 70 anos). Nesta última área, ha-



O desafio para o País é realizar dois ajustes: o fiscal e o do balanço de pagamentos

economia de mercado: grande parte dos assalariados, em atividades privadas, ainda se comporta como se eles fossem funcionários públicos.

Ora, a situação do Brasil nada tem que ver com tudo isso. Na presente década, bem ou mal, iniciamos a construção de um modelo de economia internacionalmente competitiva, com estabilidade de preços e um grande programa de privatização, para substituir o antigo modelo do "nacional-desenvolvimentismo".

Por problemas que não cabe aqui discutir, o desafio, para o Brasil, é realizar dois ajustes, como é sabido: o ajuste fiscal e o ajuste do balanço de pagamentos (para ter um déficit em conta corrente sustentável). E o País vinha procurando realizar esses ajustes, numa perspectiva de médio prazo (de três a cinco anos), até que, há cerca de dois meses, se instalou o pânico nos mercados financeiros, em relação aos países ditos "emergentes", e começou a sangria cambial diária, no bojo de um problema de credibilidade.

A resposta a essa crise de credibilidade começou com o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 23 de setembro, dizendo que o Brasil faria um ajuste fis-

cal de grande porte já em 1999.

O que é importante, agora, é definir para o País uma estratégia que lhe permita não mais ficar à mercê de avaliações como a de início referida.

O primeiro elemento dessa estratégia o governo já estabeleceu: o ajuste fiscal, como pedra angular, compreendendo duas linhas de ação.

De um lado, um ajuste imediato, para 1999, segundo o acordo com o FMI, e atuando, simultaneamente, na geração de um superávit primário de 2,6% do PIB e na redução significativa da taxa de juros.

De outro, a atuação de caráter estrutural, a médio prazo, objetivando a solução duradoura, que represente, segundo o ministro Malan, um novo regime fiscal. Atuação compreendendo as reformas (da Previdência, administrativa, tributária, política), na sua aprovação, regulamentação e execução; o esforço de melhoria de arrecadação (sem aumento de alíquotas ou a criação de novos tributos); o aumento da eficiência dos gastos públicos e o controle de resultados; a Lei de Responsabilidade Fiscal, etc.

O segundo componente da estratégia é a demonstração de ser o Brasil capaz de adotar padrão de comportamento de país maduro, internacionalmente. Trata-se do que o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, denomina postura de *mainstream*: adequação às regras do jogo internacional (inclusive às normas da OMC, em matéria de comércio). Conseqüência natural disso é não interessar ao Brasil nenhuma reação à crise na base de controle de câmbio, controle de importações ou, muito menos, moratória da dívida.

Tal comportamento de *mainstream* nos permitirá destacar a especificidade do Brasil, que não aceita rótulo de

emergente nem nenhum outro. E valorizar a sua trajetória própria, no esforço de converter um país continental numa economia internacionalmente competitiva (poucos sendo os modelos desse tipo, talvez apenas os Estados Unidos).

O terceiro elemento é incorporar à nossa visão estratégica de longo prazo as lições já evidentes da atual crise financeira. De um lado, que poupança externa é algo complementar. Ou seja, o déficit em conta corrente não deve ultrapassar, digamos, 2% do PIB. A idéia de que déficits em conta corrente de 4% a 5% do PIB seriam sustentáveis foi uma espécie de "conto dos emergentes" que certas áreas da comunidade financeira internacional procuraram vender na década de 90 (para retrair-se, inopinadamente, quando a Rússia caiu).

De outro lado, que um modelo de economia internacionalmente competitiva só é sustentável se as exportações crescerem a taxas elevadas (normalmente, pelo menos 10% ao ano), e acima do aumento das importações. Isso é tanto mais óbvio no caso brasileiro, que já carrega grandes déficits em serviços como turismo e fretes (e precisa ter déficit considerável em tecnologia), sem falar na conta de juros.

Ainda de outro lado, que nossas alianças estratégicas devem ser com os investidores que têm interesses permanentes no Brasil. A começar por empresas multinacionais (mídias também, além das grandes) e alcançando bancos e fundos interessados em manter relação duradoura com o País.

Essa idéia de aliança de longo prazo é que deve orientar toda a regulação de nossas relações de investimento direto (como já se fez), assim como de fluxos financeiros e fluxos de mercados de capitais.